

# “Que o País tenha uma economia sua e não cópia servil”

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

Sem a presença do ministro João Sayad, do Planejamento, foi aberto ontem o VI Congresso Brasileiro de Economistas que pretende, até amanhã, levantar debates sobre a política econômico-social do País e apresentar, num documento final, propostas para a Assembléia Nacional Constituinte. O único representante do primeiro escalão do governo foi o ministro da Cultura, Aluísio Pimenta, que saudou os três mil congressistas presentes conclamando-os a participar “para que o Brasil tenha uma economia com bases brasileiras e não uma cópia servil como muitas vezes foi adotado”.

Além de Pimenta, tomaram parte na mesa de abertura do congresso o economista da Comissão de Economia para a América Latina (Cepal), Aníbal Pinto; o secretário-geral do Ministério da Reforma Agrária, Simão Jatene; o reitor da Universidade de Brasília, Cristóvam Buarque; o presidente do Conselho Federal de Economia, Silvano Cardoso; o secretário de Finanças do Distrito Federal, Marco Aurélio Martins; Clecino Carvalho Filho, representando o ministro da Previdência, Waldyr Pires; o jurista Dalmo Dallari e o deputado Ralph Biase.

O professor Décio Munhoz em seu discurso fez várias críticas à política econômica que vem sendo traçada nos gabinetes do governo Sarney. Décio afirmou que só a mobilização popular poderá influir nas decisões econômicas que afetam a vida de todos os brasileiros: “Ainda que os formuladores da política econômica tenham sensibilidade, nada mudará se a sociedade não se mobilizar para exercer pressões”, disse ele.

Décio Munhoz chamou atenção para a “ameaça constante de derrama fiscal” e criticou a montagem feita pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República do orçamento fiscal e monetário unificado, que embute como déficit os custos financeiros da dívida externa e interna a serem financiados pelo contribuinte, por meio de aumento de arrecadação de impostos e mais cortes nos investimentos das estatais.

O professor Munhoz conclamou os congressistas a meditarem sobre o momento em que se encontra a opinião pública brasileira, diante do processo de normalização democrática. Segundo ele o primeiro momento vivido com a mobilização pelas diretas está sendo substituído pelo desencanto com as propostas e atitudes que vêm sendo tomadas pelo governo. Ele se mostrou preocupado com o que classificou de terceiro momento, o da repulsa, que pode ser manifestado positivamente mas que pode ser negativo, “pelo voto contra aqueles que não realizam o que prometeram nas ruas”.

Para concluir seu discurso, Décio Munhoz pediu a todos um crédito de confiança ao governo, mas condicionado a uma intensa participação como forma de influenciar as suas decisões.

## DÍVIDA

O professor de Direito da Universidade de São Paulo, o jurista Dalmo Dallari, propôs ontem na abertura do VI Congresso Brasileiro de Economistas a suspensão do pagamento da dívida externa pelo Poder Executivo, “até que o Poder Judiciário decida sobre a sua legalidade, no todo ou em parte”.

De acordo com ele as dívidas contraídas pelo Executivo sem a aprovação do Congresso Nacional são inconstitucionais e ilegais, tanto na forma quanto no conteúdo. Em seguida citou o Artigo 44, inciso primeiro, da Constituição que fala da

competência do Congresso Nacional. Para o jurista a saída legal seria a suspensão unilateral, em primeiro lugar, dos pagamentos mediante notificação aos credores e que se fizesse uma provocação ao Supremo Tribunal Federal (STF) com um pedido de declaração formal de sua inconstitucionalidade. “Um país é como uma família”, disse Dallari, “ninguém pode chegar na sua casa e obrigar-lo a pagar uma conta pela qual você não se responsabilizou”.

O jurista continuou afirmando que no caso brasileiro a maior parte, se não a totalidade da dívida, é de responsabilidade exclusiva dos governantes atuais, seja através dos ministros que assinaram papéis, seja dos presidentes que permitiram que eles assinassem em seu nome. “Nós como nação, não somos devedores de nada pelo simples fato de os credores declararem que o somos, porque a sociedade não permitiu que esta dívida fosse contraída, através do pronunciamento dos seus legítimos representantes no Congresso Nacional.”

Por fim o jurista alertou a classe dos economistas de que a sua função, como a de todos os segmentos da sociedade, no momento presente é engajar-se numa mobilização nacional para que a nova carta constitucional que se discute para o País manifeste realmente a aspiração de todos: “Depois da campanha pelas diretas, o que se deseja com a mobilização pela Constituinte é que o País saia desta nova tarefa sabendo realmente o que quer para si”, concluiu.

## PAINÉIS

Durante a tarde de ontem os congressistas participaram de vários painéis com enfoques nos temas reforma tributária, política industrial e tecnológica e Estado e sociedade no processo de planejamento. O apresentador do primeiro foi o professor da UNB, Mário Tinoco, secretário-adjunto de controle interno do Ministério da Fazenda. Para ele, a política fiscal do País precisa estar voltada para o crescimento econômico, a geração de empregos e o atendimento das necessidades sociais básicas da população. A elevação da carga tributária, no entanto, de acordo com o professor Tinoco, deve ser feita dentro dos princípios da justiça fiscal e da descentralização administrativa em favor dos Estados e municípios. “A atual estrutura tributária, além de injusta e centralizadora, entrava o processo de desenvolvimento econômico”, disse ele.

As negociações do governo com a Frente Municipalista, em torno de uma reforma tributária de emergência, foram criticadas pelo professor Mário Tinoco, que afirmou que seu ônus poderá recair sobre os setores com menor capacidade de resistir ao aumento da tributação.

Tinoco defendeu a descentralização dos recursos fiscais em favor dos Estados e municípios, observando que esta proporcionaria uma melhor fiscalização da aplicação dos recursos por parte da comunidade diretamente interessada, evitando o desperdício. Segundo ele, tributos como a Taxa Rodoviária Única (TRU), o Imposto Sobre Serviços de Telecomunicações e o Imposto Territorial Rural, hoje controlados pela União, deveriam ser repassados aos municípios e Estados de maneira a fortalecer sua situação financeira.

No painel sobre política industrial e tecnológica, coordenado pelo senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), o professor e físico paulista Rogério Cerqueira Leite previu a extinção do Ministro da Indústria e do Comércio, dentro de um ano, “porque este se encontra numa confusão esquizofrênica quanto ao seu papel social”.